



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

22ª Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Data: 15 de agosto de 2023

Local: Auditório Ipê Amarelo - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

SUMÁRIO EXECUTIVO

Presenças

Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

- Marina Silva

Membros da Comissão Tripartite Nacional

MMA

- João Paulo Capobianco, Secretário Executivo
- Anna Flávia de Senna Franco, Secretária Executiva Adjunta

IBAMA

- Rodrigo Agostinho, Presidente do IBAMA
- Isabela Rodas Messias, Assessora da Presidência do IBAMA

ICMBIO

- Mauro de Oliveira Pires, Presidente do ICMBio
- Marcelo Marcelino de Oliveira, Presidente Substituto do ICMBio

ABEMA

- Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso - Sema
- Eduardo Sodré Martins, Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia
- Marjorie Kauffmann, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul - Sema
- Isis Rafaela Rodrigues da Silva (Rafaela Camaraense), Secretária de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba - Sema

ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, Presidente da ANAMMA Nacional
- Antônio Marcos Barreto, Vice-Presidente da ANAMMA Nacional
- Luís Marcelo Marcondes Pinto - Reitor do Instituto ANAMMA
- Pedro Henrique Lobo, Diretor de Gestão Ambiental da ANAMMA Nacional
- Welison de Araújo Silveira, Coordenador Nacional do Fórum CB27 e Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa/PB



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Convidados

- André Lima, Secretário Extraordinário, Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
- Eduardo Rocha Dias Santos, Diretor do Departamento de Gestão de Resíduos - SQA/MMA
- Fábio Paiva, Secretaria Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul;
- Guilherme Checco, Diretor, SECEX/MMA
- Henrique Diniz Gebrim, Agente Administrativo, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio
- Joana Tanure, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Júlia Lopes Martins, Coord. Geral do CONAMA, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Luana Pimentel, Diretora de Política e Planejamento Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia
- Lucas Beserra e Silva, Agente Administrativo, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Magna Helena de Almeida, Secretária Executiva da ABEMA
- Marcela Moraes, Diretora do DSISNAMA/SECEX/MMA
- Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul
- Marco Aurélio Belmont, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Maria Mônica Guedes de Moraes, Coord. Geral do SISNAMA, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Neusa Helena, Analista Ambiental, DEA/SECEX/MMA
- Pablo Villanueva, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Priscila Lopes Soares da Costa, Analista Ambiental, DSISNAMA/SECEX/MMA
- Renata Coloni, SECEX/MMA
- Thaís Ferraresi Pereira, Coord.-Geral de Educação Ambiental, DEA/SECEX/MMA

Pauta

- 1. Apresentação dos temas de interesse dos Estados e Municípios**
- 2. Apresentações do Governo Federal**
 - a) Construção de um pacto federativo pelo desmatamento zero
 - b) 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente
 - c) Gestão de Resíduos - Logística Reversa
 - d) Gestão integrada de unidades de conservação
- 3. Regimento Interno**
- 4. Agendamento das próximas reuniões**

Participação de Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

A Ministra manifestou satisfação com a retomada da Comissão Tripartite Nacional (CTN), cumprimentando a todos. Destacou como o SISNAMA se fortalece a partir do compartilhamento de



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

competências, sem que isso signifique a usurpação de competências, mas que seja complementar. Disse que não gosta muito do conceito de complementariedade, gosta da ideia de suplementariedade, um inteiro que dá suporte a outro inteiro. Lembrou que dentre as Diretrizes do MMA estão o controle e participação social e o fortalecimento do SISNAMA. Na nossa primeira gestão, a diretriz de fortalecimento do SISNAMA foi uma contribuição do Claudio Langone, à época Secretário Executivo do MMA. Temos a necessidade da parceria entre os entes federados na agenda do combate ao desmatamento, da Conferência Nacional de Meio Ambiente, da gestão de recursos sólidos, da agenda climática e outras agendas que a gente venha a prospectar.

Abertura

João Paulo Capobianco (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

– O Secretário deu boas-vindas a todos e destacou o papel fundamental da Comissão Tripartite Nacional na articulação entre as instâncias de governo, que devem trabalhar de forma integrada e colaborativa. Neste sentido, relatou diálogo recente com os Estados em torno do bioma Pantanal, por conta do aumento excessivo de autorizações para o desmatamento no Estado do Mato Grosso do Sul. O art. 10 do Código Florestal exige que as autorizações de desmatamento sejam baseadas em estudos técnico científicos. O Conama ainda não regulamentou este artigo do Código Florestal, definindo os parâmetros técnico científicos a serem considerados nesses estudos. Por isso, foi proposta uma minuta de resolução para o Conama e isso causou controvérsia, pois houve o entendimento por parte dos Estados de que havia conflito de competências. Pelo princípio da cooperação, fomos procurados pelo governador do Mato Grosso do Sul, que propôs suspender novas autorizações de desmatamento e realizar uma discussão mais aprofundada sobre um projeto de lei e a minuta de resolução Conama, a serem elaborados de forma integrada. Com a aprovação do CIPAM nós suspendemos a tramitação da resolução no Conama e o Estado do Mato Grosso do Sul suspendeu as autorizações de desmatamento, para permitir uma discussão mais aprofundada, de forma integrada, sobre o problema. Esse é um exemplo positivo, ao invés de irmos para o embate, estamos indo para o debate, para construir uma ação colaborativa. O Secretário concluiu que este deve ser o espírito da tripartite: construir pontes, criar confiança entre os entes e trabalhar de forma integrada, tendo como princípio a conservação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida das pessoas no campo e nas cidades, sempre respeitando a legislação federal, estadual e municipal.

Marçal Cavalcanti (Presidente da ANAMMA) – O Presidente destacou a importância deste momento de retomada do diálogo democrático entre as esferas federativas, parabenizando a equipe do MMA pelo trabalho realizado, e o esforço do Ministério na redução do desmatamento.

Marjorie Kauffmann (Secretária Geral da ABEMA) – A Secretária ressaltou que a ABEMA é construída com base no diálogo, com grupos articulados em várias temáticas e, independente de governo, sempre se dispuseram a melhorar o sistema ambiental brasileiro. Dentro da ABEMA identificam



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

diferenças na delegação de licenciamento para os municípios. Essa comissão é fundamental para que os entes possam se realinhar e atualizar o regramento brasileiro, para dar sentido a tudo o que se faz.

Rodrigo Agostinho (Presidente do IBAMA) – O Presidente cumprimentou a todos e lembrou que a Comissão Tripartite Nacional existe desde 2001 como um instrumento dentro da Política Nacional do Meio Ambiente de integração dos entes federativos. O Sisnama é uma grande articulação desde 1981. Esse é um espaço que a gente tem que explorar mais. Hoje mesmo fui cobrado pelo Marçal sobre as Taxas de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, que é um tema recorrente do IBAMA com os municípios, mas também é um tema recorrente com os estados. Por fim, celebrou a autorização de contratação do cadastro reserva do IBAMA.

1) Apresentação dos temas de interesse dos Estados e Municípios

ANAMMA e CB27

- **Cadastro de Unidades de Conservação Municipais** – é necessário simplificar o cadastro.
- **Formação e qualificação para gestores municipais** – em parceria com o Departamento de Educação Ambiental e Cidadania – DEA, sobre unidades de conservação e ambiente urbano, tema de resíduos. ACADEBio – do ICMBio – poderia ser parceira para formação de servidores municipais que atuam em Unidades de Conservação (UC).
- **Censo dos Municípios** – É realizado pela ANAMMA desde 2017 e já captaram mais de 2000 municípios. Poderia ser pensado junto com a ABEMA.
- **Comissões Tripartites Estaduais** – é necessário retomar o funcionamento das tripartites nos Estados.
- **Fiscalização e licenciamento ambiental** – existem nos Estados diferentes formas de interpretação da distribuição de competências da LC 140. Precisamos dialogar e compartilhar informações para chegar a um consenso, sem que seja necessária litigância entre os entes federativos.
- **TCFA (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental)** – a discussão precisa avançar. Os municípios são responsáveis pela fiscalização. É preciso estabelecer uma política de financiamento aos municípios e aos estados.
- **Financiamento do Sisnama** – a saúde e a assistência social possuem uma política bem definida e distribuída. Porque não criar uma política efetiva de financiamento e distribuição federativa – um SUS ambiental?
- **Agenda Climática Integrada** – Existem 13 capitais com planos de ação climática. É necessária uma padronização das ações dos entes federativos.
 - O Secretário Executivo João Paulo Capobianco falou sobre seminário que será realizado sobre planos de adaptação às mudanças climáticas.
- **Conselhos de Meio Ambiente** – é necessária uma padronização do funcionamento dos conselhos de meio ambiente, garantindo a participação efetiva dos municípios nos conselhos estaduais.
- **ICMS Ecológico** - solução para as perdas dos municípios diante da reforma tributária. André Lima é o ponto focal para tratar do tema no MMA e criar agenda integrada.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Planos de Biodiversidade** – já existem os planos de Mata Atlântica. Precisamos de planos para os outros biomas. Com mapeamentos que temos, identificar onde estão as florestas que tem que ser protegidas, fica mais fácil do Estado atuar com relação ao licenciamento.
 - **CAR e PRA** – ANAMMA preparou uma proposta para 3700 municípios com menos de 20 mil habitantes, para acompanhar a efetiva implementação do CAR e do PRA.
- **Arborização** – projeto que conta com financiamento e pode ser tratado na CTN.

ABEMA

- Está no centro das discussões da ABEMA o licenciamento, a descentralização e o fortalecimento para ações fiscalizatórias. Este espaço tem o poder de mitigar a sobreposição e conflitos que giram em torno das competências, que trazem desgaste aos entes públicos e insegurança para a população.
- ABEMA se colocou à disposição para a retomada das Comissões Tripartites Estaduais.

João Paulo Capobianco (MMA) – podemos ter uma CTN com dinâmica mais intensa, com as reuniões ordinárias presenciais e reuniões virtuais com temas específicos ocorrendo no período entre as reuniões ordinárias.

1) Apresentações do Governo Federal

a) Construção de um pacto federativo pelo desmatamento zero – André Lima, Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial.

- Foram apresentados dados sobre o combate ao desmatamento;
- Algumas das principais ações adotadas:
 - Criação da comissão interministerial de controle do desmatamento;
 - Reinstalação da subcomissão do PPCDAM;
 - Aplicação do embargo remoto do uso do solo nas áreas desmatadas;
 - No âmbito do CAR: cancelamento, suspensão e pendências em áreas indígenas, unidades de conservação e florestas públicas não destinadas;
 - Estado do Pará: notificação de imóveis com desmatamento ilegal, pelo CAR;
 - Nova resolução do Conselho Monetário Nacional que incluiu os embargos estaduais e a suspensão do CAR, gerando restrições creditícias. Antes era só o cancelamento.
- Apresentação dos eixos, objetivos e resultados esperados do PPCDAM.
- Cerrado – desmatamento vem aumentando. Começaram a trabalhar com os Estados os dados de autorização de desmatamento.
- Força total no combate ao desmatamento ilegal e pensar alternativas de incentivo à redução do desmatamento legal.
- Criamos no PPCDAM e vamos criar nos outros planos um núcleo de articulação interfederativa:
 - A CTN pode operar como esse núcleo
 - Temos o PPCDAM, estamos criando o plano do Cerrado.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Ideia de um Pacto Federativo – começamos pela Amazônia. Conversamos com 10 prefeitos de municípios bastante críticos. Estamos discutindo um plano, incluindo recursos, para implementar regularização fundiária, regularização ambiental, restauração agroflorestal, atividades produtivas sustentáveis.
- Foram alterados os critérios do Fundo Amazônia para permitir o acesso dos municípios a recursos para implementação destas propostas.
- Conseguiram compromisso do Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados de aportar um volume expressivo de emenda de comissão para esse Pacto. Vão dialogar também com o Senado.
- **Desafios:**
 - Aumentar a fiscalização em parceria com os Estados.
 - Conama – trabalhar a padronização das autorizações de supressão de vegetação nativa.
 - Avaliações dos planos.
- **João Paulo Capobianco (MMA)**
 - Destacou o esforço do MMA em permitir a participação efetiva dos municípios oferecendo uma contrapartida que a viabilize.
 - **Medidas para o Desmatamento Legal** - Temos que ter segurança sobre o que está sendo autorizado, temos que ter clareza sobre o que é legal e o que é ilegal. Diante dos problemas que estamos enfrentando hoje, temos que ter medidas mesmo para os casos em que a legislação considera legal o desmatamento. Dados sobre o Cerrado – estudo aponta o contínuo aumento do atraso do período das chuvas a cada ano e a redução da vazão dos rios. Temos que garantir a observação da legalidade do desmatamento de forma cooperativa entre todas as esferas, mas criar os instrumentos de incentivo à conservação. Não se tratando de propor alterações abruptas na legislação, mas de inaugurar a discussão de buscar um caminho para evoluir gradativamente para que possamos de fato atingir o objetivo do desmatamento zero.
 - Lembra que a proposta do Presidente da República não é desmatamento zero com adjetivos, não é desmatamento ilegal zero, é desmatamento zero mesmo, o que passa por fiscalização, controle da ilegalidade e estímulo à manutenção do que seria passível de desmatamento pela legislação vigente.
- **André Lima (MMA)** - indica preocupação com os efeitos do El Niño. Com previsão de dificuldades para o final deste ano e início do próximo, a Ministra Marina Silva solicitou a mobilização de esforço interfederativo de preparação para superar o risco, evitando que cheguemos a situações como a que o Havaí está enfrentando.
- **João Paulo Capobianco (MMA)** - PREVFOGO foi demandado para elaboração de plano de combate a incêndios no Pantanal, que foi realizado com a participação de estados e municípios. Queremos expandir a iniciativa para os demais biomas, especialmente para a Amazônia nos próximos meses.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Rodrigo Agostinho (IBAMA)** – Priorizaram o plano para o Pantanal. Estão pensando em como expandir para os demais Biomas. Vão começar a operar a sala de situação, existem lugares onde o problema já está instalado, a exemplo do Maranhão. Comunicou sobre a atuação dos brigadistas do IBAMA e colocou o PrevFogo à disposição para auxiliar órgãos estaduais e municipais que necessitem de apoio e capacitação.

b) 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - Marcela Moraes, Diretora do Departamento de Apoio ao Conama e ao Sisnama (DSisnama)

- Breve histórico das conferências anteriores e dados sobre o planejamento do MMA para a realização de uma nova conferência em 2024;
- O tema deve ser Mudanças do Clima e planos de adaptação;
- Será criado comitê de apoio permanente às conferências com uma coordenação executiva, retomada a Comissão Organizadora Nacional e seu regimento;
- Foi apresentado Calendário inicial da V-CNMA.

João Paulo Capobianco (MMA): Destacou a preocupação com a execução do calendário da Conferência Nacional de Meio Ambiente, proposto frente às eleições municipais de 2024 e a necessidade de produzir resultados a partir das deliberações da conferência até 2026.

c) Gestão Integrada de Unidades de Conservação - Iara Vasco, Diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio

- Lembrou do papel do CTN na construção do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).
- Enfatizou a importância de uma agenda comum baseada na gestão integrada dos mosaicos de unidades de conservação e de outras áreas protegidas, que resgata o espírito do PNAP e a estratégia de implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como um Sistema Nacional. Trabalhar na perspectiva de complementariedade, de fortalecer o que já é inteiro, e conseguir ganhar escala.
- A gente está trabalhando de uma das Diretrizes do SNUC que traz as ações implementadas busquem proteger as grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação.
- Quando Maureen falou que criou na ABEMA uma Câmara Técnica de Biodiversidade, isso muito nos alegra.
- Hoje a gente tem 3 dezenas de mosaicos reconhecidos. 9 mosaicos reconhecidos pelos Estados.
- **Proposta:** criação de **Grupo de Trabalho** para tratar do tema no âmbito da CTN. Olharmos para o que temos hoje, poucos dos mosaicos que temos hoje estão ativos e trabalharmos juntos.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Marjorie Kaufmann (ABEMA) - Solicita cópia das apresentações e dados e assume o compromisso de indicar membros para os GTs.

d) Gestão de Resíduos e Logística Reversa – Eduardo Santos, Diretor do Departamento de Gestão de Resíduos da SQA/MMA

- O Diretor agradeceu o espaço e enfatizou a importância de uma pauta inicial para as relações interfederativas. A Pauta de Resíduos Sólidos é essencialmente interfederativa, pois a prestação de serviço local, a fiscalização majoritariamente estadual e as metas são nacionais;
- Logística Reversa – responsabilidades e oportunidades, pois é um mercado que movimenta recursos.
- Pautas para CTN:
 - Harmonizar a legislação de logística reversa.
 - Fiscalização dos pontos de entrega voluntária.
 - Erradicação dos lixões – prazo vence em 02 de agosto de 2024 (5 ou 6 estados concentram metade dos lixões e aterros controlados do país).
 - Gestão de aterro sanitário – modelo de gestão de remuneração do serviço que torne sustentável.
 - Regionalização dos serviços – para amortizar os custos e trazer a escala que permita manter o tratamento de resíduos. Prevista no Marco do Saneamento. Seguir um caminho junto ao comitê interministerial do saneamento.
 - Inclusão de catadores – caminhos de remuneração pelos serviços prestados.
 - SINIR - Sistema Nacional de Informações de Resíduos – se não declarar informações sobre resíduos, sistema bloqueia acesso a recursos da União. Movimentação de Resíduos: é registrada no sistema. Proposta de trazer todos os sistemas estaduais para o Sistema Nacional (Gov.Br).
 - Regulamentação da Lei de Incentivo da Reciclagem – uso de mecanismos de dedução do imposto de renda como os utilizados pela cultura e pelo esporte. Trazer o setor produtivo para financiar a reciclagem.
 - Discussões tributárias – trazer a competitividade para os materiais reciclados.

João Paulo Capobianco (MMA) – Estamos discutindo ação para discutir diretriz para extinção de lixões até o ano que vem. A SQA vai procurar a ABEMA e a ANAMMA. Há um entendimento que será necessário propor alternativa a esse prazo, mas que a discussão sobre prazo só será feita com um plano bem estruturado para resolver a questão. O único estado que encerrou lixões e aterros controlados foi Santa Catarina. Aumento dos recursos do Fundo Clima, uma das prioridades é a gestão de resíduos sólidos, em logística reversa, implantação de aterros sanitários, reciclagem.

2) Regimento Interno – Marcela Moraes, Diretora do Departamento de Apoio ao CONAMA e ao SISNAMA (DSISNAMA)



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- Envio da proposta de adequação no regimento interno para os membros visando debate na próxima reunião. Participação da ABEMA e da ANAMMA nas Conferências e nos Conselhos de Políticas Públicas.
- **João Paulo Capobianco (MMA)** – Enviar minuta aos representantes e estabelecer o entendimento prévio com ABEMA e ANAMMA, para votação na próxima reunião.

Informes

- Caravanas Federativas - início nos dias 24 e 25 de agosto em Salvador-BA, promovendo articulação em campo entre a União, Estado e Municípios;
- ABEMA criou Câmaras Técnicas de Biodiversidade e de Mudanças Climáticas;
- ABEMA realizou o "roadmap" das ações realizadas pelos estados sobre mudanças climáticas, tendo grandes métricas do que está sendo desenvolvido em cada estado, estando à disposição para apresentação;
- Retomada do Programa Nacional de Capacitação (PNC) - necessário diálogo com ABEMA e ANAMMA sobre os conteúdos a serem ofertados.
- PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental, incentivo para Estados e Municípios elaborarem seus programas estaduais e municipais de educação ambiental.

Assinatura de Protocolo de Intenções para implantação de Centro de Educação Socioambiental no Estado da Bahia

- **João Paulo Capobianco (MMA)** - Interesse em estabelecer parcerias via CTN, como o Protocolo de Intenções com o Estado da Bahia para implantação do Centro de Educação Socioambiental no Estado da Bahia.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

QUADRO DE ENCAMINHAMENTOS

Propostas de temas sugeridos para debate	Cadastro de Unidades de Conservação Municipais
	Formação e qualificação para gestores municipais
	Censo dos municípios
	Comissões Tripartites Estaduais
	Fiscalização e licenciamento ambiental – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)
	Financiamento do SISNAMA
	Agenda Climática Integrada
	Conselhos de Meio Ambiente
	ICMS Ecológico
	Planos de Biodiversidade
	Acompanhamento do CAR e PRA
	Ações de arborização
Criação de grupos de trabalho	Pacto Federativo pelo Desmatamento Zero
	Gestão Integrada de Unidades de Conservação
	Gestão de Resíduos e Logística Reversa

3) Agenda das próximas reuniões

- As reuniões presenciais serão realizadas na véspera das reuniões do plenário do CONAMA.
- A próxima reunião da CTN será realizada no dia 07 de novembro de 2023.